

Demonstrações Financeiras

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
30 de junho de 2022

com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.
Demonstrações financeiras

30 de junho de 2022

Índice

Relatório de administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2

Demonstrações financeiras auditadas

Balço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório de Administração

Junho de 2022



Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. submete à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas a 30 de junho de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

O Banco segue focando suas operações nos segmentos de crédito e tesouraria. Neste primeiro semestre o crescimento da carteira de crédito ocorreu de forma seletiva e com uma relação risco / retorno alinhada com a estratégia para o ano de 2022. A atividade de tesouraria também teve desempenho destacado principalmente no apoio a seus clientes. Assim ambas as áreas contribuíram para que o Banco Caixa Geral - Brasil encerrasse o primeiro semestre de 2022 com lucro líquido de 965 mil.

Índice de Basiléia

O Banco adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de Junho de 2022, o Índice de Basiléia do Conglomerado Prudencial era de 36,51%.

Gerenciamento de Riscos

A função de Riscos no Banco Caixa Geral - Brasil é independente das áreas de negócios, mantém vínculo funcional com a Diretoria de Riscos da Caixa Geral de Depósitos e foi estruturada com uma Gerência de Análise de Crédito e uma Gerência de Riscos de Mercado, Liquidez, Operacional e Crédito. O Banco Caixa Geral - Brasil também conta com uma estrutura própria para a Gestão do Capital. Conforme determinado pelas regras do Banco Central do Brasil, os relatórios das estruturas de Gerenciamento de Risco Operacional, de Mercado, de Crédito e Gerenciamento de Capital estão disponíveis na sede do Banco, e as informações requeridas pela Resolução BCB nº. 54 e a estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez são divulgadas no sítio da Instituição na internet, no endereço: www.bcgbrasil.com.br.

Agradecimentos

A Administração do Banco Caixa Geral - Brasil agradece aos clientes que em nós depositam confiança, ao seu acionista Caixa Geral de Depósitos pelo apoio recebido, aos seus funcionários pelo compromisso e dedicação e aos nossos fornecedores e demais entidades com quem nos relacionamos pela colaboração.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP – Brasil
CEP 04543-011

Tel: (55 - 11) 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Caixa Geral - Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral - Brasil S.A em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

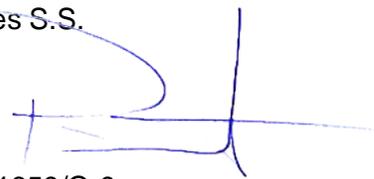
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Fabricio Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O-9



BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
Disponibilidades	4	1.602	2.727	Instrumentos Financeiros		1.313.347	1.097.970
				Depósitos	13. a	478.805	545.156
Instrumentos Financeiros		1.500.481	1.286.429	Captações no Mercado Aberto	13. b	77.498	1.830
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	198.999	211.843	Carteira de Câmbio	10	266.198	193.583
Carteira de Câmbio	10	271.157	201.789	Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	13. c	115.026	102.668
Títulos e Valores Mobiliários	6. a	485.442	407.034	Obrigações por Empréstimos e Repasses	13. d e 13. e	306.438	195.232
Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	93.401	93.278	Instrumentos Financeiros Derivativos	7. a	69.382	59.501
Operações de Crédito	9. a	451.482	372.485				
Outros Ativos		61.236	59.735	Provisões	14	11.100	10.077
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	11. a	53.502	53.502	Outras Obrigações		1.495	7.355
Provisões Para Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda	11. a	(10.567)	(10.567)	Sociais e Estatutárias		171	171
Diversos	11. b	18.301	16.800	Fiscais e previdenciárias	15. a	1.044	1.107
				Diversas	15. b	280	6.077
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	9. a	(42.360)	(47.114)	Obrigações Fiscais Diferidas	17. c	7.200	5.395
Crédito Tributário	17. b	84.396	87.032				
Investimento em Participação em Controlada	12. a	23.563	23.299	Patrimônio Líquido		297.240	292.694
				Capital social		<u>323.728</u>	<u>323.728</u>
Imobilizado e Intangível		1.464	1.383	De domiciliados no exterior	18. a	323.728	323.728
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(3.799)	(7.380)
				Prejuízos acumulados		(22.689)	(23.654)
Total do Ativo		1.630.382	1.413.491	Total do Passivo		1.630.382	1.413.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas da Intermediação Financeira		<u>54.581</u>	<u>28.491</u>
Operações de crédito		17.367	9.149
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		23.723	12.777
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	17.823	(9.798)
Resultado de operações de câmbio		(4.333)	16.363
Despesas da Intermediação Financeira		<u>(33.107)</u>	<u>(5.268)</u>
Operações de captações no mercado		(37.492)	(6.796)
Operações de empréstimos e repasses		(370)	(1.123)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	4.754	2.651
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>21.473</u>	<u>23.223</u>
Outras (Despesas) Receitas Operacionais		<u>(19.136)</u>	<u>(20.564)</u>
Receitas de prestação de serviços	21	950	3.182
Resultado de participação em controlada	12.b	389	(363)
Despesas de pessoal		(11.510)	(11.807)
Outras despesas administrativas	22	(9.914)	(9.646)
Despesas tributárias	23	(684)	(1.221)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	24.a e 24.b	1.633	(709)
Resultado Operacional		<u>2.338</u>	<u>2.659</u>
Resultado Não Operacional		139	103
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>2.477</u>	<u>2.762</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	<u>(1.512)</u>	<u>(1.462)</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido		(1.512)	(1.462)
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres		<u>965</u>	<u>1.300</u>
Lucro (Prejuízo) por ação no final dos semestres (R\$)		<u>1,11</u>	<u>1,50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres	965	1.300
Outras resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	3.581	(3.941)
Outros Resultados Abrangentes - Ajuste ao Valor de Mercado, líquido dos impostos	<u>3.581</u>	<u>(3.941)</u>
Resultado Abrangente Total	<u>4.546</u>	<u>(2.641)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	323.728	-	-	(2.557)	(13.284)	307.887
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(3.941)	-	(3.941)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	1.300	1.300
Saldos em 30 de Junho de 2021	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.498)</u>	<u>(11.984)</u>	<u>305.246</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	323.728	-	-	(7.380)	(23.654)	292.694
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	3.581	-	3.581
lucro líquido do semestre	-	-	-	-	965	965
Reservas de lucros	-	48	-	-	(48)	-
Absorção de prejuízo do semestre com reservas de lucros	-	(48)	-	-	48	-
Saldos em 30 de Junho de 2022	<u>323.728</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.799)</u>	<u>(22.689)</u>	<u>297.240</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
		<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido ajustado nos semestres		(17.000)	(2.533)
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		965	1.300
Ajustes ao (prejuízo) lucro líquido:		(17.965)	(3.833)
Depreciações e amortizações	22	185	202
Lucro na venda de imobilizado		(69)	-
Resultado de participação em controlada	12.b	(389)	363
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a e 24.b	(154)	(75)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(4.754)	(2.651)
Reversão para impostos e contribuições diferidos		1.857	(2.357)
Provisão (Reversão) para outras provisões		1.858	-
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	24.a e 24.b	(681)	807
Reversão (Constituição) de Créditos tributários		(345)	3.819
Ajuste de Valor de Mercado - TVM		(15.472)	(3.941)
Variações dos Ativos e Obrigações		3.103	(172.163)
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	962
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(46.668)	(38.775)
Redução/(Aumento) em carteira de câmbio (ativo/passivo)		3.247	2.913
(Aumento) em operações de crédito		(78.997)	56.442
(Aumento) Redução em outros ativos		(1.500)	(751)
(Redução)/Aumento em depósitos		(66.351)	(100.115)
Aumento em captação no mercado aberto		75.668	65.602
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		12.358	(54.847)
Aumento (Redução) em outras obrigações		(5.859)	(3.817)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		111.206	(99.777)
Fluxo de Caixa Aplicados das Atividades Operacionais		(13.897)	(174.696)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Redução (aquisição) de participação em controlada		125	-
Aplicações no imobilizado de uso		(348)	(246)
Recebimento pela a venda de imobilizado		151	-
Fluxos de Caixas Aplicados nas Atividades de Investimentos		(72)	(246)
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.969)	(174.942)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestre/exercícios		214.570	180.634
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestre/exercícios	4	200.601	5.692
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		(13.969)	(174.942)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 e da Resolução CMN nº 4.818/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras, e posteriormente para o ano de 2022, a Resolução CMN nº 4.910/21, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS).

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; b) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior; e c) Reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio para a conta de operações de crédito no Balanço. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas.

As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Banco como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
- Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do valor justo.
- Resolução nº 4.877/20 - Benefícios a empregados;

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 26 de agosto de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do semestre. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.

- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do semestre, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

O Banco, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.924/2021 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros, "swaps" e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do semestre.
- Operações de "swaps": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos do Banco, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge"), foi classificado como "hedge" risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos "hedges" de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita

ou despesa no resultado do semestre.

g) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Banco no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do semestre.

i) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os juros e as variações monetárias, podendo o ativo, quando aplicável ser deduzido das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

j) Permanente

- Investimentos

A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição.

- Imobilizado e Intangível

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir

da data da sua disponibilidade para uso.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

l) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Banco possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A Administração avalia a existência de indicativos de redução ao valor de realização desses ativos, com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% a partir de março de 2020 (15% em dezembro de 2019) do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

n) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

o) Segregação entre Circulante e Não Circulante

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram nos doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante e os títulos classificados como disponível para venda são classificados conforme a data de vencimento do papel, independentemente de sua liquidez, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrado nas respectivas notas explicativas, em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.910/21, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/20.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Disponibilidades	1.602	3.278
Aplicações em operações compromissadas	198.999	900
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.514
Total	<u>200.601</u>	<u>5.692</u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$198.999 (R\$ 900 em junho de 2021), apresentam taxas médias ao ano de 13,15% (4,05% em junho de 2021).

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>jun/22</u>		<u>dez/21</u>	
	Até 3 meses	Total	Até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	972	972
Aplicações em operações compromissadas	198.999	-	210.871	210.871
Total	<u>198.999</u>	<u>-</u>	<u>211.843</u>	<u>211.843</u>
Circulante		198.999		211.843

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

	jun/22		dez/21	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira Livre</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	131.291	130.081	97.113	91.197
Notas do tesouro Nacional - NTN	143.950	139.126	212.642	202.544
Fundo de Investimento - FIDC	14.163	14.163	-	-
Bonds	10.812	-	12.460	-
Debêntures	85.460	22.277	114.629	49.639
Total de Carteira Propria	385.677	305.647	436.844	343.380
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Debêntures	27.582	24.578	1.850	1.852
Letras do Tesouro Nacional - LTN	59.567	59.169	-	-
Total de vinculados a compromisso de recompra	87.149	83.747	1.850	1.852
<u>Vinculados a prestação de garantias</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	53.641	53.233	-	-
Notas do tesouro Nacional - NTN e F	26.712	25.683	48.444	45.587
Fundo de Investimento - FILCB	17.132	17.132	16.215	16.215
Total de vinculados a prestação de garantias	97.485	96.049	64.659	61.802
Total de títulos e valores mobiliários	570.312	485.442	503.353	407.034

b) Composição da carteira em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 por classificação e por prazo:

	jun/22		dez/21	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação:				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN				
De 1 a 3 anos	124.993	124.198	87.065	81.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
Até 3 meses	612	604	-	-
De 3 a 12 meses	5.270	5.098	582	580
De 1 a 3 anos	841	812	5.865	5.679
Total de títulos públicos	131.716	130.712	93.512	87.370
<u>Títulos privados</u>				
Cotas de Fundos de Investimento (*)				
Sem vencimento	31.295	31.295	16.215	16.215
Debêntures (**)				
Acima de 3 anos	60.789	-	59.552	-
Total de títulos privados	92.084	31.295	75.767	16.215
Total de títulos para negociação	223.800	162.007	169.279	103.585
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)				
De 3 a 12 meses	4.738	4.682	-	-
De 1 a 3 anos	114.768	113.603	10.048	10.086
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e F (*)				
Até 3 meses	10.285	10.135	-	-
De 3 a 12 meses	115.758	111.419	9.895	9.725
De 1 a 3 anos	37.896	36.741	244.744	232.147
Total de títulos públicos	283.446	276.580	264.687	251.958
<u>Títulos privados</u>				
Bonds (**)				
De 1 a 3 anos	-	-	12.460	-
Acima de 3 anos	10.812	-	-	-
Debêntures: (***)				
Até 3 meses	-	-	1.035	1.036
De 3 a 12 meses	5.109	5.122	6.896	6.931
De 1 a 3 anos	27.743	27.658	21.107	20.987
Acima de 3 anos	19.401	14.075	27.889	22.537
Total de títulos privados	63.066	46.855	69.387	51.491
Total de títulos disponíveis para venda	346.512	323.435	334.074	303.449
Circulante	141.772	137.060	187.105	121.277
Realizável a longo prazo	428.540	348.382	316.248	285.757
Total de títulos e valores mobiliários	570.312	485.442	503.353	407.034

- (*) Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 96.049 (R\$ 61.802 em dezembro de 2021) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota nº 7.f).
- (**) Em 30 de junho de 2022, o Banco possui provisão para "impairment" de Bonds, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$ 10.812 (R\$ 12.460 em dezembro de 2021).
- (***) Em 30 de junho de 2022, o Banco possui provisão para "impairment" de Debêntures, registrado na coluna de valor de mercado, no montante de R\$63.102 (R\$ 64.299 em dezembro de 2021).

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022, os títulos públicos, no montante de R\$ 407.292 (R\$ 339.328 em dezembro de 2021), estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados, no montante de R\$ 46.855 (R\$ 51.491 em dezembro de 2021), estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundos de investimentos, no montante total de R\$ 31.295 (R\$ 16.215 em dezembro de 2021), estão custodiadas junto aos administradores dos fundos de investimentos.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2022, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário em taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram marcadas a mercado com base nos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos.

A provisão para os bonds foi calculada com base nas últimas negociações das ações da Abengoa Espanha, no período de 2 anos.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$ 6.908 (R\$ 11.814 em junho de 2021). O impacto no patrimônio líquido do Banco foi de R\$ (3.799) (R\$ 6.498 negativo em junho de 2021), líquidos dos efeitos tributários.

A composição da carteira em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

<u>Junho de 2022</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Negociação	162.007	-	162.007
Disponível para venda	310.572	12.863	323.435
Total	<u>472.580</u>	<u>12.863</u>	<u>485.442</u>

<u>Dezembro de 2021</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Negociação	103.585	-	103.585
Disponível para venda	288.779	14.670	303.449
Total	<u>392.364</u>	<u>14.670</u>	<u>407.034</u>

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	<u>jun/22</u>			<u>dez/21</u>		
	<u>Valor de curva</u>	<u>Ganhos/(Perdas) não realizados</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de curva</u>	<u>Ganhos/(Perdas) não realizados</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Swap - diferencial a receber	81.212	11.227	92.439	85.543	6.827	92.370
Swap - diferencial a pagar	(61.680)	259	(61.421)	(54.766)	(4.301)	(59.067)
Total Swap	<u>19.533</u>	<u>11.485</u>	<u>31.018</u>	<u>30.777</u>	<u>2.526</u>	<u>33.303</u>
NDF - a receber	1.007	(45)	962	852	56	908
NDF - a pagar	(8.130)	169	(7.961)	(536)	102	(434)
Total NDF	<u>(7.122)</u>	<u>124</u>	<u>(6.999)</u>	<u>316</u>	<u>158</u>	<u>474</u>
Total	<u>12.410</u>	<u>11.610</u>	<u>24.019</u>	<u>31.093</u>	<u>2.684</u>	<u>33.777</u>
CIRCULANTE - ATIVO			15.869			21.369
NÃO CIRCULANTE - ATIVO			77.533			71.909
CIRCULANTE - PASSIVO			7.961			858
NÃO CIRCULANTE - PASSIVO			61.421			58.643

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento:

	jun/22					Total	dez/21					Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
"Swap" - posição ativa	1.900	2.200	54.636	244.985	7.100	310.820	5.500	150.471	113.283	13.200	282.454	
"Swap" - posição passiva	-	-	-	54.073	-	54.073	98.384	421	91.516	-	190.322	
NDF - posição ativa	65.224	85.101	4.973	9.931	-	165.229	36.226	5.379	-	-	41.605	
NDF - posição passiva	59.959	-	31.481	-	-	91.440	22.704	-	-	-	22.704	
Futuros - posição comprada	112.617	302.462	140.622	142.616	57.977	756.293	218.327	214.278	49.607	-	482.212	
Futuros - posição vendida	128.768	120.116	262.758	249.173	11.714	772.528	147.328	64.174	176.293	23.874	411.669	
Total	368.468	509.878	494.470	700.777	76.790	2.150.383	528.469	434.723	430.699	37.074	1.430.966	

c) Composição por indexador

	jun/22			dez/21		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de “swap”</u>						
Posição ativa	92.439	-	310.820	92.370	-	282.454
CDI x PRÉ	79.831	-	100.340	85.109	-	115.140
DOLAR VENDA x LIBOR	12.608	-	210.480	4.502	-	129.871
LIBOR x DÓLAR VENDA	-	-	-	2.759	-	37.443
Posição passiva	-	(61.421)	54.073	-	(59.067)	190.322
IPCA x CDI	-	(61.421)	54.073	-	(56.116)	54.494
DOLAR VENDA X CDI	-	-	-	-	(375)	98.385
DÓLAR VENDA x LIBOR 3 M	-	-	-	-	(2.576)	37.443
Total de operações de “swap”	92.439	(61.421)	364.893	92.370	(59.067)	472.776
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	963	-	165.229	908	-	41.605
Dólar venda	963	-	165.229	908	-	41.605
	-	-	-	-	-	-
Posição passiva	-	(7.961)	91.440	-	(434)	22.704
Dólar venda	-	(7.961)	91.440	-	(434)	22.704
Total de operações de NDF	963	(7.961)	256.668	908	(434)	64.309
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada(*)	3.995	-	756.293	2.575,00	(1.207)	482.212
DDI	3.084	-	611.670	-	-	431.091
DI1	14	-	9.674	-	-	-
DOL	738	-	114.197	2.575	-	279
EUR	159	-	20.751	-	(1.207)	50.842
Posição vendida(*)	-	(2.842)	772.528	-	(7.067)	411.669
DDI	-	(1.887)	364.225	-	(6.856)	97.170
DI1	-	(501)	288.187	-	(211)	189.662
DOL	-	(454)	120.116	-	-	124.837
Total de operações de futuros	3.995	(2.842)	1.528.822	2.575	(8.274)	893.881
Total	97.397	(72.223)	2.150.383	95.853	(67.775)	1.430.966

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado Balcão	Total Jun/22	Mercado Organizado	Mercado Balcão	Total Dez/21
Operações de "swap"	154.413	210.480	364.893	169.634	303.142	472.776
Operações de NDF	-	256.668	256.668	-	64.309	64.309
Futuros - posição comprada	756.293	-	756.293	482.212	-	482.212
Futuros - posição vendida	772.528	-	772.528	411.669	-	411.669
Total	1.683.235	467.148	2.150.383	1.063.515	367.451	1.430.966

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e de moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Banco e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas que impactaram os resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	jun/22			jun/21		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"Swap"	189.254	(156.435)	32.820	214.181	(195.447)	18.734
NDF	12.726	(12.764)	(38)	7.949	(9.537)	(1.588)
Opções	-	-	-	35.837	(34.834)	1.003
Futuros	406.291	(421.249)	(14.959)	451.404	(479.351)	(27.947)
Total	608.271	(590.448)	17.823	709.371	(719.169)	(9.798)

f) Valor e tipo de margem dadas em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Títulos e valores mobiliários – Carteira própria	jun/22	dez/21
Letras do Tesouro Nacional – LTN	53.233	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B e NTN-F	25.683	45.587
Debêntures	-	-
Fundo de Investimento - FILCB	17.132	16.215
Total	96.049	61.802

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 30 de junho de 2022, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$172.155 (R\$ 226.453 em

dezembro de 2021) e vencimentos que variam de julho de 2022 a julho de 2023 (janeiro de 2022 a janeiro de 2023 em dezembro de 2021), e visam proteger o Banco das flutuações do câmbio nos adiantamentos de contrato de câmbio e nas captações no exterior.

O valor dos adiantamentos de contratos de câmbio, em 30 de junho de 2021, é de R\$ 183.852 (R\$ 75.194 em dezembro de 2021) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 5.178 (despesa de R\$ 826 no primeiro semestre de 2021).

O valor dos empréstimos no exterior, em 30 de junho de 2022, é de R\$ 157.010 (R\$ 139.644 em dezembro de 2021) e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita é de R\$ 461 (despesa de R\$ 228 em dezembro de 2021).

A efetividade das estruturas de "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Banco aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Banco.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de

risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - "Value at Risk"): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de "Stop Loss": Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Banco adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Banco. Em 30 de junho de 2022, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Banco estava exposto era de R\$ 7.309 (R\$ 6.569 em dezembro de 2021).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Banco visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Banco julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Banco possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Banco utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O *Stress Test* de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos Brasil apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br, que não fazem parte destas demonstrações financeiras.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 30 de junho de 2021 e de 2020, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	jun/22	dez/21
Capital de giro	56.425	61.402
Financiamento à exportação	113.586	89.203
Financiamento – BNDES	417	856
Total de operações de crédito	<u>170.428</u>	<u>151.461</u>
Confissão de dívida	42.170	45.776
Adiantamento sobre contrato de câmbio	<u>238.884</u>	<u>175.248</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>451.482</u>	<u>372.485</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.470)	(11.730)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(30.890)</u>	<u>(35.384)</u>
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	<u>(42.360)</u>	<u>(47.114)</u>
Circulante	269.016	213.469
Não Circulante	182.466	159.016

b) Composição da carteira por setor de atividade

	jun/22	dez/21
Setor Privado:		
Indústria	180.867	197.772
Comércio	95.307	58.856
Rural	114.574	45.208
Outros	60.734	70.650
Total	451.482	372.485

c) Composição da carteira por vencimento

	2022						2021	
	A vencer						Total	Total
	Vencido	01 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	485	-	-	5.827	10.806	39.307	56.425	61.402
Financiamento à	-	15.787	-	-	50.278	47.521	113.586	89.203
Financiamento - BNDES	-	-	-	417	-	-	417	856
Confissão de dívida	-	-	-	-	958	41.213	42.170	45.776
Adiantamento sobre contrato de câmbio -	-	44.669	10.488	12.823	116.478	54.425	238.884	175.248
Total	485	60.456	10.488	19.067	178.520	182.466	451.482	372.485

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2022				2021		
		Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial
AA	-	-	4.315	-	-	8.624	-	-
A	0,50%	-	84.938	467	-	68.413	345	-
B	1,00%	-	277.443	2.742	-	186.514	1.873	-
C	3,00%	-	-	-	-	-	-	-
D	10,00%	-	15.168	1.517	1.517	31.737	3.174	1.533
E	30,00%	-	13.665	4.099	-	15.091	4.527	-
F	50,00%	-	47.872	23.936	-	52.889	26.445	-
H	100,00%	485	7.597	8.082	-	9.217	9.217	-
Total		485	450.997	40.843	1.517	372.485	45.581	1.533

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	jun/22	jun/21
Saldo no início	(47.114)	(60.119)
Provisão constituída	(1.797)	(1.232)
Reversão de provisão	6.552	3.883
Baixa para prejuízo	-	17.675
Saldo ao final	<u>(42.360)</u>	<u>(39.793)</u>
Circulante	(7.367)	(21.583)
Não Circulante	(34.993)	(18.210)

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022 e de 2021, não houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo.

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, foram renegociadas 7 (10 em dezembro de 2021) operações de crédito, no montante total de R\$ 55.094 (R\$ 85.816 em dezembro de 2021).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	254.658	179.523
Direitos sobre venda de câmbio	16.499	22.266
Total	<u>271.157</u>	<u>201.789</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	16.173	21.430
Obrigações por compras de câmbio	250.025	172.153
Total	<u>266.198</u>	<u>193.583</u>

A carteira de câmbio, em 30 de junho de 2022, possui prazo médio de 252 dias (195 dias em dezembro de 2021).

11. OUTROS ATIVOS

a) ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA A VENDA

<u>Imóvel - Localização</u>	<u>jun/22</u>			<u>dez/21</u>		
	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>	<u>Principal</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
Jaboatão dos Guararapes - PE	27.888	(4.022)	23.866	27.888	(4.022)	23.866
Umirim - CE	5.109	(2.829)	2.280	5.109	(2.829)	2.280
Cascavel - CE	7.413	(2.698)	4.715	7.413	(2.698)	4.715
Aquiraz - CE	13.092	(1.018)	12.074	13.092	(1.018)	12.074
Total	53.502	(10.567)	42.935	53.502	(10.567)	42.935
Não Circulante	53.502	(10.567)	42.935	53.502	(10.567)	42.935

Referem-se a imóveis recebidos em dação de pagamento no exercício de 2017 e nos meses de maio de 2019 e de julho de 2020.

b) DIVERSOS

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Impostos e contribuições a compensar	2.104	2.254
Pagamentos a ressarcir	2	-
Adiantamentos e antecipações salariais	1.070	309
Rendas a receber	10.297	12.839
Depósitos judiciais (nota nº 16.a)	2.595	1.641
Dividendos a receber	125	-
Despesas antecipadas	265	518
Provisão para a realização de ativos financeiros	-	(1.255)
Outros	1.844	494
Total	18.301	16.800
Circulante	9.716	7.268
Não Circulante	8.585	9.532

12. INVESTIMENTOS

a) Participação em controlada

<u>Dados da controlada</u>	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
	CGD Investimentos	CGD Investimentos
Capital social	12.595	12.595
Patrimônio líquido	23.563	23.299
Lucro líquido nos exercícios	389	499
Participação societária	100%	100%
Valor de investimento em controlada por equivalência patrimonial	<u>23.563</u>	<u>23.299</u>
Total do investimento	<u>23.563</u>	<u>23.299</u>
Resultado de equivalência patrimonial nos exercícios	389	499

b) Movimentação dos investimentos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
	<u>CGD Investimentos</u>	<u>CGD Investimentos</u>
Saldo ao início dos semestre/exercícios	23.299	22.833
Resultado da participação em controlada	389	499
Dividendos recebidos	-	(33)
Dividendos a receber	- 125	-
Saldos ao final dos semestres/exercícios	<u>23.563</u>	<u>23.299</u>
Não Circulante	23.563	23.299

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - PASSIVO

a) Depósitos

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Depósitos à vista	<u>9.626</u>	<u>5.890</u>
Depósitos a prazo	<u>449.925</u>	<u>519.853</u>
De 1 a 90 dias	91.739	42.132
De 91 até 360 dias	168.127	285.261
A vencer após 360 dias	190.059	192.460
Depósitos interfinanceiros	<u>19.254</u>	<u>19.413</u>
De 1 a 90 dias	-	19.413
De 91 a 360 dias	<u>19.254</u>	-
Total de depósitos	<u>478.805</u>	<u>545.156</u>
Circulante	269.492	352.696
Não Circulante	209.313	192.460

Os depósitos a prazo e interfinanceiros com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 458.234 (R\$ 527.996 em dezembro de 2021), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 95% a 119% (de 95% a 116% em dezembro de 2021). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 11.228 (R\$ 11.270 em dezembro de 2021), apresentam taxas ao ano que variam de 2,70% a 11,93% (4,26% a 13,61% em dezembro de 2021).

b) Captações no mercado aberto

	jun/22		dez/21
	De 1 a 90 dias	Total	Total
Carteira própria:			
Letra do Tesouro Nacional- LTN	58.600	58.600	-
Debêntures	18.898	18.898	1.830
Total de captações no mercado aberto	<u>77.498</u>	<u>77.498</u>	<u>1.830</u>
Circulante		77.498	1.830

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$ 107.769 (R\$ 99.955 em dezembro de 2021) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 101% a 119% (97,5% a 118% em dezembro de 2021). As letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$ 7.257 (R\$ 2.713 em dezembro de 2021), apresentam taxas ao ano que variam de 2,58% a 5,23% (4,30% a 12,56 % em dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$ 79.215, e acima de 360 dias é de R\$ 35.811.

Em 31 de dezembro de 2021, o total das captações com letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário até 360 dias é de R\$ 90.833, e acima de 360 dias é de R\$ 11.835.

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim no montante de R\$ 409 (R\$ 837, em dezembro de 2021), com prazo de vencimento em 2022 (com prazo de vencimento entre 2022 em dezembro de 2021).

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	jun/22		dez/21		
	Moeda	Reais	USD	Reais	
Empréstimo no Exterior:					
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	USD	55.117	288.207	29.195	162.801
Grupo Caixa Geral de Depósitos (*)	EUR	3.251	17.823	5.000	31.594
Total			<u>306.029</u>	<u>194.395</u>	
Circulante			306.029	194.395	

(*) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota nº 19. B, e com vencimentos em Julho e Agosto de 2022, no montante de R\$ 216.642 (R\$ 110.549, em dezembro de 2021, com vencimento em janeiro de 2022), e em agosto de 2022, no montante de R\$ 89.387 (R\$ 83.846, em dezembro de 2021, com vencimento em abril de 2022).

14. PROVISÕES

	jun/22	dez/21
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.036	2.190
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a e b)	527	513
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 16.a e b)	3.628	4.323
Provisão para despesas de pessoal	2.596	2.202
Fornecedores a pagar	727	591
Outras	1.585	258
Total	<u>11.100</u>	<u>10.077</u>
Circulante	4.909	3.330
Não Circulante	6.191	6.747

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais, montam em R\$96.758 (R\$ 153.929 em dezembro de 2021) (nota 26.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.036 (R\$2.190 em dezembro de 2021), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	jun/22		dez/21	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	28.891	-	34.431	-
A	0,50%	-	-	55.799	279
C	3,00%	67.867	2.036	63.699	1.911
Total		<u>96.758</u>	<u>2.036</u>	<u>153.929</u>	<u>2.190</u>

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-
Impostos e contribuições a recolher	1.044	1.087
Outros	-	20
Total	<u><u>1.044</u></u>	<u><u>1.107</u></u>
Circulante	1.044	1.107

b) Diversas

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Negociação e Intermediação de Valores	3	5.703
Resultado de Exercícios Futuros	186	334
Relações Interfinanceiras	89	-
Outros	1	40
Total	<u><u>280</u></u>	<u><u>6.077</u></u>
Circulante	280	6.077

16. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais e trabalhistas

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio deduzido da base de cálculo do ano de 2011, sobre compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de débitos compensados de IRPJ e CSLL não homologados referentes ao ano de 2015, no montante total de R\$3.903 (R\$3.785 em dezembro de 2021), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	jun/22		dez/21	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências fiscais:				
CETIP(i)	527	-	513	-
Subtotal	527	-	513	-
Contingências cíveis:				
Processos cíveis	-	10	-	10
Subtotal	-	10	-	10
Contingências trabalhistas:				
Recursos trabalhistas	3.628	2.585	4.323	1.631
Subtotal	3.628	2.585	4.323	1.631
Total	4.155	2.595	4.836	1.641

- (i) Refere-se ao processo de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, cujos assessores jurídicos classificaram como perda provável.
- b) A movimentação das provisões passivas para o semestre findo em 31 de junho de 2022 e para o exercício de 31 dezembro de 2021 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2021	513	4.323	4.836
Constituição (nota nº 24.b)	14	84	98
Reversão (nota nº 24.a)	-	(779)	(779)
Pagamento	-	-	-
Saldo em 30/06/2022	527	3.628	4.155

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2020	503	3.472	3.975
Constituição (nota nº 24.b)	10	1.524	1.534
Reversão (nota nº 24.a)	-	(152)	(152)
Pagamento	-	(521)	(521)
Saldo em 31/12/2021	513	4.323	4.836

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Perdas	jun/22					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	527	527	-	-	3.628	3.628
Possíveis	3.903	-	1.059	-	521	-
Remotas	-	-	-	-	-	-
Total	4.430	527	1.059	-	4.149	3.628

Quantidade 5 2 7

Perdas	dez/21					
	Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
Prováveis	513	513	-	-	4.323	4.323
Possíveis	3.785	-	22	-	491	-
Remotas	608	-	6	-	-	-
Total	4.906	513	28	-	4.814	4.323

Quantidade 7 2 7

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2022	2021
	<u>1º semestre</u>	<u>1º semestre</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.478	2.762
Imposto de renda e contribuição social*, às alíquotas de 25% e 20%	(1.115)	(1.243)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(397)	(219)
Despesas com gratificações e benefícios	(21)	(11)
Resultado de Equivalência Patrimonial	175	(163)
Outros	(551)	(45)
Resultado do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios/semestre	<u>(1.512)</u>	<u>(1.462)</u>

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Banco mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$78.149 (R\$ 87.032 em dezembro de 2021), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de lucro tributário no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.842/20.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	65.686	68.241
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	916	985
Provisão outros valores e bens imóveis	4.755	4.755
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários , Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	-	2.139
Marcação a Mercado Títulos Disponíveis para Venda	3.162	6.143
Provisão para contingências fiscais	237	231
Provisão para contingências trabalhistas	1.633	1.946
Outros	8	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	7.999	2.584
Total	<u>84.396</u>	<u>87.032</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários , Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(2.651)	-
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(53)	(105)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(4.497)	(5.290)
Total de obrigações diferidas	<u>(7.200)</u>	<u>(5.395)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição / realização	Saldo em 30 de junho de 2022
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	68.241	(2.555)	65.686
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	985	(69)	916
Provisão outros valores e bens imóveis	4.755	-	4.755
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários , Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	2.139	(2.139)	-
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	6.143	(2.981)	3.162
Provisão para contingências fiscais	231	6	237
Provisão para contingências trabalhistas	1.946	(313)	1.633
Outros	8	-	8
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.584	5.415	7.999
Total	87.032	(2.636)	84.396
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários , Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	-	(2.649)	(2.651)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(105)	52	(53)
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	(5.290)	793	(4.497)
Saldo de Obrigações diferidas	(5.395)	(1.805)	(7.200)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Banco:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>4 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	(5.267)	(8.601)	(7.750)	(16.443)	(46.335)	(84.396)
Obrigações diferidas	7.200					7.200

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$ 83.435 e R\$ 6.222 (R\$ 80.745 e R\$ 4.841 em dezembro de 2021), respectivamente.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, em 30 de junho de 2022 e de 2021, totalmente subscrito e integralizado está representado por 869.321 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$ 323.728.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado do Banco. O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação. Em 30 de junho de 2022 e de 2021 o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foi pago aos Administradores o montante de R\$ 1.491 (R\$ 1.792 em junho de 2021), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 30 de junho de 2022:

	Grau de relação	jun/22		dez/21	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	772	-	1.267	-
Investimento - participação em coligadas e controladas					
CGD Investimentos, CVC	Controlada	23.563	389	23.299	499
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(7)	-	(7)	-
CGD Investimentos, CVC	Controlada	(19.273)	(1.010)	(19.498)	(825)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota nº 13.e)	Controladora	(306.029)	(699)	(194.395)	(1.852)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações - diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(2)	-	(2)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	-	16	259	573

O Banco assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano, renovado em dezembro de 2021, com vigência até 18 de dezembro de 2022.

20. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.955/21, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que é de 8,00% desde 2019:

a) Índice da Basileia

	jun/22	dez/21
Risco de crédito – PEPR	45.590	48.005
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	8.073	2.118
Risco Operacional - POPR	9.749	10.525
Patrimônio de referência exigido - PRE	63.412	60.648
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	289.412	290.281
Índice da Basileia (*)	36,51%	38,29%
Rban	4.567	16.059
Índice da Basileia Amplo	34,06%	30,27%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC ("Corretora").

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2022, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,51% (0,49% em dezembro de 2021).

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 30 de junho de 2022 e de 2021, estão assim representadas:

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Comissão de estruturação e assessoria em operações	-	2.004
Rendas garantias prestadas	935	1.166
Outras	15	12
Total	<u>950</u>	<u>3.182</u>

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 estão assim representadas:

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Processamento de dados	4.450	4.391
Aluguel	2.561	1.953
Serviços técnicos especializados	836	1.122
Depreciação e amortização	185	202
Serviços do sistema financeiro	472	513
Viagens	101	3
Publicações	7	39
Seguros	261	289
Manutenção e conservação de bens	136	131
Comunicação	182	211
Vigilância e segurança	183	212
Serviço de terceiros	124	213
Transportes	42	18
Água, energia e gás	99	75
Outras	276	274
Total	<u>9.914</u>	<u>9.646</u>

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 30 de junho de 2022 e de 2021 estão representadas por:

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Despesas de contribuição ao COFINS	526	878
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	48	159
Despesas de contribuição ao PIS	85	143
Outras	26	41
Total	<u>684</u>	<u>1.221</u>

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

a) Outras receitas operacionais

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Recuperação de encargos e despesas	40	28
Varição monetária ativa	45	8
Reversão de provisões trabalhistas (nota nº 16.b)	736	152
Receita de juros com a venda a prazo de ativo não financeiro	773	-
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	253	85
Reversão de provisão para riscos de crédito sem característica de concessão	1.124	-
Outros	37	20
Total	<u>3.008</u>	<u>293</u>

b) Outras despesas operacionais

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Processos fiscais e trabalhistas (nota nº 16.b)	(55)	(959)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	(100)	(10)
Provisão Multa	(1.210)	-
Outras despesas	(11)	(33)
Total	<u>(1.375)</u>	<u>(1.002)</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>1.633</u>	<u>(709)</u>

25. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 não houve resultado classificado como não recorrente.

26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	<u>jun/22</u>	<u>dez/21</u>
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota nº14)	96.758	153.929

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, o montante de contribuição é de R\$ 102 (R\$ 78 em 2021) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$ 99.394 (R\$ 99.394 em 2021). E o período de cobertura se estende até julho de 2021. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possua essa modalidade de acordo.

e) Evento subsequente

O Banco recebeu o montante de R\$ 3 milhões em agosto de 2022, referente a uma cessão de operação crédito. Para esta operação objeto da cessão, existia um imóvel como garantia.

A Diretoria

Contador

Ricardo Teixeira Ambros

CRC 1SP 290.871/O-8
